

-XXVI -**A ESCOLA DE GESTORES EM ALAGOAS: IMPLICAÇÕES NO
COTIDIANO DA GESTÃO ESCOLAR****Maria Betânia Gomes da Silva Brito**Universidade Federal de Alagoas- Brasil
maria.brito@arapiraca.ufal.br**Edvaldo Albuquerque dos Santos**Secretaria Estadual de Educação de Alagoas – Brasil
professoredvaldo@uol.com.br**Maria Jeane Bomfim Ramos**Secretaria Municipal de Educação de Maceió/AL- Brasil
jeanebsilva2014@gmail.com**Introdução**

O estudo faz uma análise sobre a formação de gestores escolares a partir das fontes constitutivas do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica e Pública – PNEGEBP em Alagoas/BR, sob o prisma da política educacional e seu desdobramento na escola pública no período de 2009 a 2016, com base nas obras de Carvalho (2015), Cavalcante e Santos (2015), Sader (2013), Singer (2012), entre autores alagoanos que também trazem importantes contribuições para a compreensão e percepção histórica da política educacional destinada a formação de gestores escolares, como: Prado (2012), Prado e Macena dos Santos (2014); Prado e Santos (2015); Silva e Santos (2016); Farias (2007); Silva (2013); Costa (2011); Almeida (2004), (1999); Cruz Neto (2008); Melo (2006); Lima (2003); Verçosa (2001) e (2006).

A partir das considerações feitas nas obras dos autores citados, é possível enfatizar o jogo político vivenciado pela sociedade alagoana, ao longo dos anos, o qual vem perpassando no cotidiano da comunidade escolar ao longo dessa última década, por entender que há na política educacional uma prevalência de uma cultura patrimonialista, oligárquica, clientelista e paternalista, resultante de vários fatores que integram o cotidiano dos espaços públicos, os quais foram confundindo aspectos da vida social com os da vida doméstica, e segundo Verçosa (2006) há uma inversão constante do público pelo privado. Nesse sentido, vão se estabelecer elos fundados por laços afetivos e familiares, em que predomina uma relação entre superiores e inferiores, por intermédio dos laços do familismo¹.

¹ O familismo é centrado no modelo de família em que os vínculos afetivos e biológicos se unem para perpetuar o poder patriarcal, cuja centralidade é o casal branco e seus filhos legítimos. Verçosa (2006).

A Escola Pública alagoana: um ângulo sombrio e as novas perspectivas

Na perspectiva de ultrapassar questões técnicas, sem, contudo prescindir desses mecanismos, a intenção do estudo é salientar o caráter formador que a gestão pode demandar durante o percurso de construção democrática. Nesse sentido, a fragmentação do processo democrático percebido na gestão das políticas educacionais tem gerado grandes equívocos e conflitos na construção da escola pública capaz de promover uma dinâmica político-social, não hierarquizada, e que garanta o espaço da participação através da dialogicidade e do fortalecimento dos grupos envolvidos no processo de ampliação da participação.

A situação de fragmentação entre quem encaminha a política e quem executa, vem sendo protagonizada na escola pública, e gerada por mecanismo de controle burocrático, sendo capaz de simplificar o ato educativo em si mesmo, quando não analisa a complexidade de ações com fim político e social. A dinâmica escolar forjada por procedimentos predominantemente burocráticos torna evidente que no contexto de reordenação do Estado há uma condução à tomada de decisões particulares, reforçando o individualismo nas práticas sociais.

Essas reflexões podem contribuir para considerar a participação enquanto elemento indispensável ao processo democrático, por se rum dos aspectos fundantes da gestão participativa. Segundo Mendes (2009, p. 91) “Não há quem se diga contrário à participação. Os discursos oficiais estão repletos de argumentos em favor da democracia da participação da sociedade nas decisões governamentais.” Entretanto, os mecanismos criados para garantir a prática da participação no espaço escolar ainda apresentam fragilidades consideráveis do ponto de vista da funcionalidade, tendo em vista que institucionalmente eles estão garantidos na forma da lei, mas no plano discursivo de alguns gestores os formatos validados dentro do universo escolar atendem a questões legalmente instituídas.

Desenvolvimento

Para cumprir o percurso investigativo, realizou-se um esforço teórico ancorado na revisão de literatura que, para além das questões aqui pontuadas, envolveu alguns estudos e pesquisas sobre o tema da formação inicial e continuada e sua influência nos processos de gestão da escola pública, como os estudos de Paro (2015), Tardif (2014), Boccia (2011), Calderano e Lopes (2006), o que tornou necessário incluir e problematizar os principais fundamentos que alicerçam as discussões sobre Gestão Democrática e da formação do professor-gestor.

Considerando os caminhos em que a pesquisa foi conduzida, a metodologia utilizada reuniu elementos de natureza quantitativa e qualitativa, a partir da percepção apresentada pelos diversos autores e das impressões subsidiadas pelas análises conceituais da temática. Na perspectiva qualitativa primamos

pelo aprofundamento dos conceitos apresentados nas orientações do processo formativo, questões que foram interpretadas e ganharam “novos” sentido e significados. Como condição para uma pesquisa qualitativa Esteban (2010, p. 127) conceitua:

A pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos.

A partir dessa compreensão, considera-se que a pesquisa qualitativa em educação possui processos de desenvolvimento que a torna semelhante a qualquer outra pesquisa, porém, possui sua marca peculiar em trajetórias produzidas ao longo do texto.

Diante dos estudos realizados, é possível dizer que o gestor, enquanto sujeito que está a serviço do aparelho estatal, embora haja uma defesa das práticas colegiadas e da participação democrática, também requer que ao analisar seu papel possamos considerar as dificuldades que o mesmo tem em articular os mecanismos e os sujeitos envolvidos na construção de uma escola pública e democrática. Nesse sentido, é possível entender que a partir de uma concepção democrática de gestão ele deve estar apto a conduzir a construção da proposta pedagógica da escola, como também envolver seus pares nas decisões da mesma, e, sobretudo estar atento ao projeto que ele (gestor) defende com a comunidade, associado ao projeto que as secretarias encaminham para as escolas; fatores que são fundamentais no processo formativo, e podem trazer uma perspectiva de gestão colegiada, e não apenas gerencial.

Nesse sentido, o curso de especialização em gestão escolar apresenta-se na concepção do MEC, de acordo com documentos do governo, como a política de formação, como o elemento capaz de fortalecer a atuação dos gestores escolares em uma perspectiva democrática (MEC, 2009).

Nessa perspectiva, entender a formação do professor-gestor para além do que está posto nos marcos regulatório, consiste em um dos aspectos fundamentais, quanto ao esclarecimento dos papéis que estão sendo atribuídos aos gestores escolares, na organização do trabalho escolar. Por entender que a gestão democrática da escola está para além dos marcos legais instituídos na perspectiva da formação do gestor, bem como no processo de monitoramento das escolas públicas.

Conclusões

Por fim, é possível afirmar que a essência da participação social construída no cotidiano das relações sociais, está sendo substituída por um formato que transfere responsabilidades aos gestores, e amplia a autonomia restrita voltada à execução das políticas educacionais aplicadas pelo núcleo central, baseadas em dispositivos legais e em decisões da política externa.

Assim, os sentidos da participação restrita podem ser percebidos na permanente elaboração de políticas prescritivas, decisões que consideram a instrumentalização da gestão escolar, via formação continuada de gestores, como elemento prioritário no processo formativo, fator bem presente, quando

o MEC defende a formação do gestor, como uma meta estratégica para melhoria dos índices educacionais, como o IDEB e outras estratégias de gestão por resultado.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação – Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica. **Projeto do Curso de especialização em gestão escolar (Latu sensu)**. Brasília: Ministério da Educação, 2007 (Revisado em 2009).

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: ArtMed; Mc Graw Hill, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

MENDES, Valdelaine. **Democracia participativa e educação: a sociedade e os rumos da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2009.

PARO, Vitor. Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?**. São Paulo: Cortez, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docente e formação profissional**. 17 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. A formação de professores em Alagoas: um olhar retrospectivo sobre suas origens. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (Org.). **Caminhos da educação em Alagoas: da colônia aos tempos atuais**. Maceió: Catavento, 2001.

_____. **Cultura e educação nas Alagoas: histórias, histórias**. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.